

TRABALHADORES DESEMPREGADOS: trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil (*)

Helena Hirata* e John Humphrey**

É comum afirmar-se que, nos países em desenvolvimento, os trabalhadores demitidos no setor formal da economia são obrigados a procurar trabalho no setor informal. Em muitos desses países, não há benefícios estatais para a manutenção dos desempregados, e, dessa maneira, o setor informal, freqüentemente caracterizado por sua capacidade de expansão e pela inexistência de barreiras à entrada, funcionaria como uma fonte alternativa de renda. Não surpreende, portanto, que, nos períodos de crise, um declínio no emprego formal seja acompanhado pelo crescimento do trabalho por conta própria e sem carteira assinada.

No início dos anos 80, o Brasil passou por esse padrão de mudança, na medida em que, entre 1981 e 1983, o governo respondeu à crise de endividamento através de políticas recessivas. O emprego industrial foi particularmente atingido por essas políticas, que resultaram em problemas sociais e políticos. No entanto, não é evidente que os muitos trabalhadores desempregados no começo da década tenham feito uma transição rápida e simples para o setor informal.

Alguns pressupostos estão subjacentes à noção de uma passagem suave do setor formal para o informal: (a) que a perda do emprego significa uma perda de renda a ser rapidamente reposta; (b) que são escassas as oportunidades de emprego no setor formal; (c) que existem muitas oportunidades no setor informal. Em outras palavras, a informação sobre o estoque de postos no conjunto da economia (o saldo de emprego nos setores formal e informal) deve ser complementada por hipóteses a respeito do comportamento das famílias e dos mercados de trabalho, antes que se possa emitir enunciados sobre o fluxo dos trabalhadores.

A primeira hipótese, sobre o comportamento das famílias, afirma que os demitidos na economia formal, ou não têm qualquer identificação com o seu trabalho nesse setor, e por isso o abandonam facilmente, ou que esse comprometimento é sobrepujado pelas pressões financeiras familiares. Essa hipótese, no entanto, não foi confirmada no caso brasileiro, em que os operários dos grandes centros industriais não se comportaram como se estivessem facilmente preparados para perder os empregos industriais e entrar no setor informal.

Em 1981 e 1983, os cortes de pessoal nas grandes fábricas foram seguidos por greves, paralisações, manifestações, quebra-quebras e pilhagens. Os operários agiam como se fossem efetivamente operários industriais sem meios adequados para sustentar a si mesmos e às suas famílias. Eles não estavam acostumados a enfrentar um trabalho informal, e não desejavam assumir um trabalho não-fábril. Esse sentimento de ser operário industrial (ou mesmo um tipo específico de trabalhador fabril) já se evidenciara no final dos anos 70, quando o movimento operário se desenvolveu rapidamente na região.

Pesquisa anterior, realizada em 1982, já tinha indicado que os operários revelavam uma forte identificação com a indústria e uma preferência pelo trabalho fabril (Hirata e Humphrey, 1985). Especialmente entre os trabalhadores

masculinos, o ideal do "homem provedor de renda" e da "mulher dona-de-casa" era bastante forte. Embora não pudéssemos presumir que essas atitudes persistiriam numa situação de desemprego e recessão, formulamos a hipótese de que os trabalhadores não perderiam com facilidade sua identificação com um certo tipo de atividade e com uma certa divisão sexual do trabalho dentro da família ao perderem seus postos industriais.

A fim de examinarmos o comportamento de operários fabris após o desemprego, na crise de 1980-84, realizamos uma pesquisa na região de Santo Amaro, São Paulo, que tem grande concentração industrial, incluindo fábricas que empregam tanto mulheres quanto homens. Os bairros incluídos na amostra situavam-se próximos de muitas fábricas de grande porte, as quais, um estudo anterior indicara que costumavam recrutar trabalhadores nas vizinhanças (Hirata e Humphrey, 1984 e 1985). Esse dado foi confirmado pela pesquisa de 1986: a maioria das operárias e operários da amostra efetivamente trabalhava ou havia trabalhado nas fábricas do distrito de Santo Amaro. A pesquisa foi feita junto a ex-operários manuais, horistas, demitidos por iniciativa da empresa durante o período de crise econômica (considerado como se situando entre outubro de 1980, o mês de pique do emprego na Grande São Paulo, e o final de 1984). Tomou-se o cuidado de incluir diferentes faixas etárias, qualificações e situações familiares. Ao todo, entrevistamos 140 operários - 57 mulheres e 83 homens (ver quadro 1) (1).

Desemprego, Falia e Trabalho

À expansão do emprego no Brasil, que durou de 1967 até 1980, seguiu-se, durante o começo dos anos 80, um período de recessão. Esta atingiu particularmente a Grande São Paulo, onde o emprego manufatureiro caiu significativamente em 1981 e, de novo, em 1983. O impacto das políticas recessivas foi especialmente profundo nos setores de bens de capital e de consumo durável, que tinham crescido rapidamente na década anterior. A queda do emprego manufatureiro, entre o fim de 1980 e o de 1984, relativamente a outros setores econômicos, pode ser constatada pela tabela abaixo:

Tabela 1 — Emprego Registrado por Setor de Atividade Econômica: Região Administrativa de São Paulo, 1980-1984 (dezembro de 1980 = 100)

Data	Setores de Atividade				Total
	Ind. Transf.	Constr.	Comércio	Serviços	
dezembro 1980	100	100	100	100	100
dezembro 1981	83.3	95.3	96.4	101.8	90.2
dezembro 1982	81.8	85.5	95.8	106.7	90.1
dezembro 1983*	74.0	66.6	93.6	106.0	84.0
dezembro 1984	78.5	62.1	97.6	109.1	86.2

Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, SEADE, vários anos. Dados originais do Ministério do Trabalho/SINE, Lei 4.923/65.

* O Ministério do Trabalho começou uma nova série em agosto de 1983, com modificações importantes na metodologia de coleta de dados (IPARDES, 1987), mas não se sabe claramente em que sentido isso modificou os resultados.

Quadro 1 - Amostra

Pesquisa efetuada entre junho e setembro de 1986, junto a 140 operários (57 mulheres e 83 homens) de oito bairros (Jd. São Luiz, Jd. Rosana, Jd. Ipê, Jd. Marcelo, Jd. Atlântico, Jd. Vitor, Parque Arariba, Jd. Sto. Antônio) do Distrito de Santo Amaro, São Paulo.

A amostra foi constituída de maneira aleatória, por sorteio, a partir das listagens do IBGE, atualizadas pelas Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED da SEADE/DIEESE.

O critério de constituição da amostra foi o de incluir homens e mulheres com diferentes situações familiares, correspondendo ao seguinte perfil: operário(a) industrial ligado(a) à produção e demitido(a) durante a crise (outubro 1980-dezembro 1984), qualquer que fosse sua situação de emprego no momento da pesquisa. Com tais critérios, conseguimos entrevistar, em média, um(a) operário(a) em cada dez domicílios visitados.

Embora a amostra seja pequena, os resultados quanto à distribuição etária por sexo e quanto ao tamanho e composição familiar convergem com os dados quantitativos disponíveis (cf. nota 1 do presente texto). Essa correspondência entre as características domiciliares e de distribuição etária da amostra e os resultados de pesquisas mais amplas permite-nos considerar a amostra como representativa da área altamente industrializada da região metropolitana de São Paulo.

Durante esse período, na Grande São Paulo, cresceu a proporção de trabalhadores sem carteira assinada e por conta própria. As informações do Ministério do Trabalho sobre o mercado de trabalho para os anos 1980-83 de fato mostram tanto um significativo crescimento do desemprego aberto, quanto uma clara tendência para o emprego não registrado em carteira.

Sabóia (1986, pp. 92-3) considera que esse último dado indica uma expansão do setor informal (2), sugerindo que os operários demitidos durante a crise ingressaram nesse setor rapidamente, por causa da falta de apoio governamental ao desemprego:

"Na recessão, por outro lado, os trabalhadores que perdem seus empregos no setor formal passam a fazer parte das estatísticas de desemprego ou são absorvidos pelo setor informal da economia (...) Normalmente, existe um período de desemprego antes da absorção pelo setor informal. Este período, entretanto, é normalmente curto. Isto deve-se à inexistência no Brasil do seguro-desemprego. O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) cumpre esta tarefa de forma bastante precária" (*idem*, p. 83).

Embora Sabóia aponte para as dificuldades de acesso a alguns segmentos do setor informal, e reconheça explicitamente a complexidade dos movimentos de entrada e saída da inatividade, e entre os setores formal e informal e o desemprego, ele dá mais ênfase à trajetória perda de emprego no setor formal /desemprego aberto/entrada no setor informal.

O ponto de vista de Sabóia teria a seu favor argumentos teóricos e empíricos. A idéia do setor informal como receptáculo dos desempregados em tempo de crise é um prolongamento da noção de que esse setor é uma fonte de geração de oportunidades de renda para aqueles que são incapazes de encontrar trabalho na economia formal, discutida por Merrick (1976, pp. 342-43) para o caso brasileiro. Idéias semelhantes são desenvolvidas pela teoria das estratégias econômicas familiares (Schmink, 1984) e das assim chamadas "estratégias familiares de sobrevivência", que tentam explicar a participação de outros membros da família, especialmente mulheres e crianças, na atividade econômica.

Esse modelo foi desenvolvido na América Latina para analisar os meios pelos quais as famílias cujas rendas são geralmente baixas, instáveis ou precárias mobilizam o trabalho de seus diferentes membros para a sobrevivência familiar. Essas famílias não podem adotar a estratégia do "provedor masculino" para geração de renda familiar, dada a incerteza ou precariedade de seus rendimentos. Em consequência, fontes múltiplas de renda são captadas e os familiares subordinam-se às necessidades da unidade doméstica como um todo.

As bases da sobrevivência familiar tornam-se, segundo esse modelo, tão precárias - em virtude dos baixos salários e da instabilidade do emprego dos seus chefes - que o trabalho das mulheres e crianças acaba se tornando indispensável para a manutenção da própria família (Bilac, 1978, p. 98). Schmink (1984, p. 91) resume essa tese da seguinte maneira: "No fundo, as pressões financeiras induzem as famílias a intensificar as estratégias de geração de renda, utilizando, tanto quanto possível, o trabalho e os recursos disponíveis".

Seria razoável esperar que a mobilização dos recursos familiares de mão-de-obra fosse intensificada numa época de demissões e desemprego. Sem o apoio do Estado, os operários demitidos seriam forçados pelas pressões financeiras a entrar no setor informal. Outros membros da família seriam também pressionados a iniciar ou estender suas atividades geradoras de renda.

Esse modelo dos mercados de trabalho e do comportamento operário face a demissões parece pertinente à luz de duas constatações sobre o funcionamento dos mercados de trabalho em períodos de crise (3). Em primeiro lugar, durante a crise, o nível de desemprego aberto, medido pela Pesquisa Mensal de Emprego - PME do IBGE, permaneceu relativamente baixo. Em 1980, último ano antes do início da crise, a taxa de desemprego na Região Administrativa da Grande São Paulo ficou em torno de 5,5%. Em 1981, ela aumentou em apenas 2 %, enquanto que o índice de emprego total caiu em 10 % durante o mesmo período (4). A mesma ausência de relação entre emprego e desemprego persiste durante o período 1982-84, embora as mudanças nos critérios de aferição do desemprego tornem as comparações menos confiáveis.

Em segundo lugar, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD mostram que, entre 1979 e 1983, a proporção da população economicamente ativa trabalhando "sem carteira assinada" ou "por conta própria," no Estado de São Paulo, passou de 35,1 para 41,2 % (Sabóia, 1986, p. 92) . Em outras palavras, a diminuição do emprego no setor formal, registrada pela PNAD e também pela Relação Anual de Informações Sociais - RAIS do Ministério do Trabalho, parece ter sido compensada por um aumento do trabalho autônomo e do trabalho assalariado não-registrado.

Se o modelo que acabamos de descrever, assim como os dados que o sustentam, são plausíveis, os resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, realizada - mensalmente em São Paulo, permitem questionar essa concepção de "rápida passagem para o setor informal" proposta por Sabóia e outros. A PED, realizada na Grande São Paulo desde 1984, conjuntamente pelo DIEESE e pela SEADE, ampliou a definição de desemprego usada pela PIE, o que deveria e permitir melhor apreensão tanto do desemprego aberto quanto do desemprego oculto pelo trabalho precário e irregular ou pelo desalento provocado pelas condições do mercado de trabalho (5). Os primeiros resultados da PED indicaram um nível muito mais elevado de desemprego aberto do que aquele registrado pela PME. Entre outubro de 1984 e junho de 1985, os primeiros nove meses da PED, a taxa máxima de desemprego da PME para a Grande São Paulo era de 6,2% e a média de 5,6%, enquanto o desemprego aberto registrado pela PED foi, em média, de 8,3% durante o mesmo período. Dada a maior amplitude da população economicamente; ativa captada pela PED, o nível de desemprego aberto atingia, aqui, 575 mil pessoas em meados de 1985, comparadas a 337 mil para a PME - uma diferença de 7000 (Hoffman e Mattoso, 1985, pp. 11-3). Além disso, o desemprego oculto atingia 4,9 % da população economicamente ativa durante o mesmo período, segundo a PED (3,3 % correspondendo ao desemprego oculto pelo trabalho precário e 1,6 % ao desemprego oculto pelo desalento). Desta maneira, o desemprego aberto e oculto podia ter um papel mais importante nas estratégias operárias do que se poderia imaginar.

A esse questionamento de ordem empírica à hipótese do setor informal como destino dos desempregados no setor formal acrescentam-se duas outras objeções de ordem mais teórica. Embora os dados utilizados para apoiar essa hipótese sejam relativos aos estoques de empregos e às suas modificações, isto é, o número de pessoas nas diferentes atividades econômicas em distintos momentos do tempo, ela fundamentase, na realidade, sobre os fluxos - o movimento de um setor para outro. A dedução dos fluxos a partir de dados relativos aos estoques baseia-se no argumento da estratégia familiar, o que suscita uma segunda objeção: o modelo da estratégia familiar foi desenvolvido para analisar o comportamento das famílias cujo provedor principal é detentor de um trabalho precário ou mal remunerado. Não é evidente que esse mesmo comportamento possa ser observado nas famílias que pertencem à classe operária de uma das maiores zonas industriais de São Paulo. Além disso, na medida em que muitos operários industriais não são chefes de família, não se vê como as pressões familiares poderiam afetá-los após a perda do emprego. Portanto, mesmo em nível empírico, seria interessante conhecer mais de perto o que acontece com os operários industriais desempregados. Mais importante ainda, é necessário elaborar explicações sobre as respostas dos trabalhadores à perda de emprego.

Três fatores foram vistos, no nosso estudo, como possíveis influências sobre as estratégias operárias face à perda do emprego. Em primeiro lugar, a força da identidade operária, ou sua preferência por ocupações específicas ou tipos determinados de emprego podem influenciar a procura de trabalho e a duração de um desemprego eventual. Em segundo lugar, a posição do trabalhador na família pode resultar em pressões diferentes no sentido de aceitar ou abandonar um emprego, ou no sentido de restringir a procura a setores específicos. Isso pode variar segundo o sexo, a posição na família e o tipo de domicílio. Em terceiro lugar, as oportunidades oferecidas aos trabalhadores no mercado de trabalho podem variar consideravelmente de acordo com a qualificação e a experiência.

Para examinar esses fatores inter-relacionados era necessário examinar as histórias ocupacionais dos operários após a demissão, suas situações familiares e as pressões sofridas, assim como as estratégias adotadas para a procura de trabalho. Esse tipo de estudo a respeito das conseqüências da crise sobre os demitidos nas fábricas exigia um survey nos domicílios operários. Em geral, os estudos sobre trabalho e desemprego examinam categorias específicas de posições familiares como, por exemplo, os homens ou as mulheres casadas. Entretanto, nossas hipóteses iam no sentido de que as repercussões do desemprego podiam variar exatamente segundo a posição do trabalhador na família, o que acarretava conseqüências sobre o tamanho da amostra. Pequenas amostras submetidas a entrevistas intensivas permitem o estudo de fatores dificilmente quantificáveis ou mesmo apreensíveis por um *survey*. Em particular, as relações de poder dentro da família podem ser mais bem desvendadas por entrevistas em profundidade. Entretanto, tínhamos necessidade, para verificar nossas hipóteses, de uma amostra um pouco maior, que nos permitisse estudar os contrastes entre os diferentes grupos - casados e solteiros, qualificados e não-qualificados, mulheres vivendo com cônjuges ou sem cônjuges etc. Uma pequena amostra tem de ser limitada em função do sexo e/ou da situação familiar para ter alguma representatividade.

Dado que os contrastes entre as mulheres e os homens e entre as diferentes categorias no interior dos sexos eram para nós de grande interesse, a amostra concentrou-se nos operários manuais, mas incluiu uma ampla gama de qualificações e de situações familiares.

Começamos a discussão sobre as respostas às demissões, as situações familiares e as vidas profissionais desses operários de Santo Amaro com uma apresentação de suas preferências ocupacionais e sua busca de trabalho. Em seguida, analisamos as pressões familiares sobre as distintas categorias de trabalhadores, seus empregos industriais subsequentes, o trabalho fora da indústria e no setor informal.

Preferências Ocupacionais e Procura de Trabalho

Operários e operárias exprimiram uma nítida preferência pelo emprego assalariado na indústria em comparação com outras possibilidades. Mais de 90 % dos homens que passaram por um período de desemprego incluíram o emprego industrial nas suas procuras de trabalho e 84% declararam-no prioritário nessa busca. Da mesma maneira; 90% das mulheres que passaram por um período de desemprego incluíram o emprego fabril em suas buscas de trabalho e 87% delas declararam que tinham procurado prioritariamente o setor industrial (6).

Mesmo após encontrar novos empregos fora da indústria, esses operários continuavam a preferir o trabalho industrial. Assim, 3/4 das mulheres e 2/3 dos homens que encontraram um emprego assalariado não-industrial disseram que teriam preferido ter encontrado um emprego industrial, e a metade dos que afirmaram tal preferência declarou ter continuado a procurar um trabalho na indústria mesmo após ter se empregado como assalariado em outro setor. Inversamente, apenas 1/30 tanto das mulheres quanto dos homens que acederam a um emprego industrial declararam que teriam preferido um emprego não-industrial. Operárias e operários que sustentavam firmemente a sua preferência pelo trabalho industrial, como veremos mais adiante, voltaram em grande número à indústria no momento de crescimento do emprego, em 1985-86.

As únicas exceções a essa tendência de favorecer o emprego industrial eram operários jovens com pouca experiência fabril e sem comprometimento com o trabalho industrial. Quatro ex-operários que não procuraram um emprego industrial tinham todos menos de 18 anos e três operárias relativamente jovens (20 anos ou menos) também não tentaram voltar à fábrica. Elas arranjaram empregos que não poderiam ser considerados de *status* inferior ao do trabalho fabril: tosadora de canil, caixa de supermercado ou auxiliar de escritório. Assim como ocorreu com os jovens operários solteiros, para elas, a perda do emprego de referência representou o fim de suas tentativas de inserção na indústria. Tais operárias (os), com pouca experiência profissional, orientaram suas vidas ocupacionais para uma nova direção, através da inserção em empregos não-industriais.

Desemprego e Pressões Familiares

Entre essa preferência clara pelo trabalho industrial e o acesso efetivo a um posto fabril podiam erguer-se obstáculos diversos. Um impedimento para que alguns trabalhadores pudessem realizar suas preferências era a necessidade de encontrar, a curto prazo, uma fonte de renda alternativa para a família. Essa pressão variou consideravelmente segundo os diferentes grupos de trabalhadores. A Tabela 2 mostra a diversidade de posições familiares contida na amostra:

Tabela 2 — Posição Familiar no Momento da Demissão, por Sexo (em %)

Posição na Família	Homens	Mulheres
Filho/filha	20,5	26,3
Cônjuge *	63,9	40,4
Só ou com irmãos/irmãs	12,0	14,0
Com parentes ou terceiros	3,6	3,5
Pai/mãe solteira **	0	16,9

* **Todo casal vivendo em coabitação, seja ele legalmente casado ou não.**

** **Todas as pessoas vivendo com seus filhos mas sem cônjuge.**

Uma clara maioria era constituída de cônjuges ou de filhos e uma minoria vivia com outras famílias ou grupos familiares sem os pais. A perda do emprego numa família pode levar a dificuldades domésticas de ordem ideológica e prática bastante diferentes segundo os contextos familiares. Quanto às filhas e filhos, o desemprego não causava maiores problemas para a família. Eles tinham salários baixos e, de toda maneira, contribuía com menos da metade de sua renda para o orçamento familiar (7). Muito poucos filhos e filhas tinham salários que constituía a renda principal da família, e mais ne 2/3 dessa categoria faziam parte de famílias dotadas de ao menos duas outras fontes de renda no momento da perda de seu emprego de referência. Nos raros casos em que filhos e filhas sustentavam um ou ambos os pais, a necessidade de encontrar rapidamente um outro trabalho não era acompanhada de um sentimento de culpa ou de fracasso no cumprimento das responsabilidades familiares.

Os trabalhadores que viviam sós, com irmãos e irmãs ou com amigos, enfrentavam problemas de, outra ordem. Não tinham forçosamente um apoio familiar suficiente para garantir um período prolongado de procura de trabalho. Nesse grupo, a opção de deixar a cidade de São Paulo foi feita por quatro dos dez operários homens. Nossa pesquisa subestima os números reais, na medida em que só podíamos entrevistar aqueles que deixaram a cidade mas voltaram numa data posterior. Aqueles que deixaram São Paulo, o fizeram por períodos relativamente curtos, a maioria por volta de dois anos, e em alguns casos isso se seguiu à perda de um segundo ou de um terceiro emprego industrial. Eram imigrantes em São Paulo e regressaram à sua terra, mas sem o desemprego provavelmente não teriam deixado a cidade. Aqueles que não partiram, homens e mulheres, precisaram encontrar rapidamente trabalho, e tiveram períodos de desemprego abreviados.

Sem dúvida, a pressão econômica fazia-se sentir de forma mais aguda sobre as mães sozinhas e os pais de família. As primeiras tinham de obter imediatamente uma renda. Mesmo se algumas mães solteiras - ao contrário das viúvas, separadas ou divorciadas - moravam com pais que podiam ajudar um pouco; na maioria dos casos eram as únicas a ter uma renda na família. A ajuda dos pais era preciosa, mas estavam freqüentemente desesperadas à cata de um emprego. As

enormes dificuldades que enfrentavam para obter um trabalho, encontrar alguém para ficar com as crianças, o esgotamento físico, etc. só eram relativizadas pelas dificuldades postas pela inexistência de renda.

Também os casados enfrentavam problemas. Eles indicavam as dificuldades financeiras como sendo a dimensão mais negativa do desemprego e mencionavam freqüentemente os problemas para providenciar os mantimentos básicos para a família e a angústia provocada por esta situação (8). A pressão sobre os homens casados era agudizada pela composição familiar e pela posição ocupada no seu interior. Como vários estudos demonstraram (Macedo, 1979; Telles, 1988; Caldeira, 1984), as famílias nas zonas operárias da Grande São Paulo tendem a ter dimensões relativamente reduzidas, com poucos membros em idade de trabalhar. Na nossa pesquisa, o tamanho médio das famílias dos homens casados era de apenas 4,2 pessoas, e em 60% dos casos o marido era o único a ter uma renda no momento da demissão. Em 30% dos casos, um único membro suplementar da família tinha um emprego remunerado, tratando-se em geral da mulher do operário demitido. De fato, apenas quatro dos 53 homens casados entrevistados tinham filhos empregados no momento da perda do emprego, e os poucos parentes que coabitavam com eles eram crianças pequenas ou pais aposentados. Ademais, mais de 60% dos homens casados entrevistados tinham crianças de menos de seis anos, o que reduzia o número de maridos cujas mulheres exerciam trabalho remunerado, assim como o número das que poderiam trabalhar para fazer face ao desemprego de seus maridos (9). Na realidade, os operários casados eram principal ou exclusivamente os responsáveis pela obtenção da renda familiar, pois ninguém mais no domicílio podia compensar a perda financeira provocada pelo desemprego.

A concepção generalizada de um "provedor" masculino fazia com que as mulheres casadas demitidas não sofressem o mesmo tipo de depressão financeira. Elas falavam do desemprego em termos de "ficar parada em casa" ou de se sentir inútil, ou faziam referência a problemas financeiros, mas nunca em termos de sua responsabilidade pelo bem-estar dos outros membros da família. Em todos os casos, os maridos dessas operárias trabalhavam no momento em que elas perderam o emprego, e mesmo se essa perda provocava muitas vezes dificuldades financeiras - freqüentemente as mulheres falaram em "ajudar", embora seus salários fossem, na realidade, utilizados para pagar o aluguel ou comprar comida -, elas não tinham a obrigação primordial de prover o sustento da família. As obrigações do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças pressionavam-nas provavelmente mais na direção oposta. Um grande número dessas operárias estava em idade de ter filhos ou já havia assumido responsabilidades maternas.

A metade das mulheres casadas entrevistadas tinha filhos de menos de seis anos no momento em que perderam o emprego de referência. Mesmo sem a interrupção provocada pela crise econômica, algumas teriam encontrado provavelmente dificuldades em continuar a trabalhar, e outras teriam parado de trabalhar no momento de dar à luz. As imposições de uma divisão sexual do trabalho doméstico tinham certamente uma influência preponderante sobre a decisão das mulheres de parar de procurar um emprego remunerado, decisão que se sucedia a cada novo parto. Ao contrário, segundo a pesquisa, não havia relação entre a inatividade das mulheres e as obrigações ligadas às crianças mais velhas ou aos adultos. Quando mulheres casadas estavam inativas no momento das entrevistas, elas tendiam a atribuir esse fato à dificuldade de encontrar um trabalho.

A Tabela 3 indica as diferentes pressões do desemprego sobre os homens; ela mostra a aceitação declarada destes de se empregarem em trabalhos considerados de *status* inferior.

Tabela 3 — “Qual Destes Trabalhos Remunerados Teria Aceito Fazer, na Época, na Falta de Outros Empregos?”

(% de respostas positivas) *

Tipo de Trabalho	Homens Solteiros	Homens Casados
Operário de construção	34,5	67,3
Gari	27,6	56,9
Porteiro/vigia residencial	48,3	69,2
Garçon	48,3	61,5
Operário têxtil	82,8	86,5
Operário metalúrgico	93,1	96,2

*** Esta tabela considera todos os entrevistados, salvo dois deles que não responderam à questão.**

As respostas indicam, *grosso modo*, o sentimento de obrigação de aceitar empregos considerados de baixo *status*. A tabela mostra claramente que os solteiros se dispõem menos a aceitar um emprego desse tipo do que os casados. Apenas 25 a 50% dos solteiros disseram que teriam aceito um trabalho na construção civil, como gari ou vigia/porteiro na época em que estavam desempregados, mesmo na falta de outros empregos. Para os casados, quaisquer que fossem suas qualificações, as taxas de respostas positivas para os mesmos trabalhos eram de 55 e 70 %. Os casados tinham mais probabilidade de ter postos qualificados e os qualificados eram menos propensos do que os não-qualificados a aceitar trabalhos de status inferior. Entretanto, o estado civil tinha um peso maior do que a qualificação.

Emprego e Desemprego na Crise

A análise das pressões familiares poderia fazer crer que os grupos de trabalhadores mais propensos a uma rápida inserção no setor informal após a demissão fossem os chefes de família de ambos os sexos. Contudo, uma tal suposição não considera a desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho e, particularmente, o acesso ao trabalho industrial conforme o sexo e a qualificação. Na prática, a entrada em atividades não-industriais varia significativamente segundo os sexos e a ocupação.

O Emprego Masculino após a Demissão

Após a perda do trabalho industrial, muitos operários não recorreram a atividades no setor informal. Em grande parte, isso resultou da viabilidade de ainda achar emprego industrial e da preferência por períodos de desemprego (aberto e oculto) entre os operários entrevistados. Muitos encontraram um novo trabalho fabril mesmo durante a recessão. Entre os homens, 3/4 dos demitidos antes de julho de 1984 encontraram ao menos um posto industrial até o fim de 1984, mesmo que esse emprego fosse perdido posteriormente. Apesar da crise, 60 % da atividade econômica dos homens entrevistados em São Paulo, excluindo os períodos de inatividade e os períodos fora da cidade, deram-se na indústria. A

diminuição do emprego industrial na Grande São Paulo em cerca de 25 % de 1980 a 1983 teria tido dois tipos opostos de impacto: (a) a perda completa do emprego industrial por 25 % dos operários e a continuidade do emprego para o resto, ou (b) períodos alternados de desemprego para o conjunto dos operários, com 1/4 deles desempregados a um momento qualquer antes de 1983. A realidade situar-se-ia provavelmente entre essas duas alternativas.

Embora as taxas da rotatividade na indústria tenham diminuído no início dos anos 1980 (Sabóia, 1980, p. 103), as admissões em novos postos faziam-se ainda a uma taxa anual de 44% do nível do emprego, o que era suficiente para criar novas oportunidades. Em São Paulo, o setor industrial é suficientemente grande para criar muitas oportunidades. O mercado de trabalho da cidade é típico das grandes aglomerações industriais da América Latina, mas bastante distinto do das cidades menores e menos industrializadas. Os dados da PNAD mostram que, mesmo no terceiro e mais agudo ano de crise (1983), apenas 15,5 % da população ativa do Estado de São Paulo eram trabalhadores por conta própria, enquanto que 51,1 % das pessoas economicamente ocupadas tinham empregos com carteira assinada (Sabóia, 1986, p. 92). O mercado de trabalho do setor formal é amplo, concentrado em grandes empresas, e quase 60 % dos postos são industriais (10).

Dadas essas amplas oportunidades de emprego industrial, muitos preferiam permanecer desempregados para procurar trabalho. Entre os homens, 40 % apenas alternaram entre períodos de emprego industrial e desemprego desde o momento de demissão na fábrica de referência até a data das entrevistas. Diz-se frequentemente que os operários do Terceiro Mundo não se podem dar ao luxo do desemprego. Segundo Berry e Sabot (1978, p. 1221), "ficar sem trabalho por muitos meses seguidos é um luxo que apenas uma pequena proporção da força de trabalho pode se permitir". Entretanto, a duração média de desemprego aberto era, segundo a PED do início de 1985, de 13 semanas e a de desemprego oculto, de 17 semanas. Tanto entre os desempregados jovens, sem responsabilidades financeiras maiores no domicílio, quanto entre os operários que sofriam pressões financeiras, períodos de desemprego de três meses ou mais não eram raros. Na nossa amostra, 34% dos casados estiveram, desempregados ao menos uma vez por um período de cinco meses ou mais desde a perda do emprego industrial, durante a crise, até o fim de 1984, e 26 % ficaram desempregados ao menos uma vez durante três a quatro meses.

Dois fatores podem explicar essa capacidade de permanecer desempregado. Em primeiro lugar, operários com carteira assinada, demitidos por iniciativa do empregador, sem justa causa, recebem uma indenização praticamente equivalente a um mês de salário para cada ano de trabalho, calculada sobre uma base mensal. Em nossa amostra, 65 % dos homens trabalhavam ao menos há dois anos na mesma empresa antes da demissão. Entre os casados, 75 % haviam trabalhado pelo menos por dois anos na mesma empresa e 35 % ao menos durante cinco anos. Em segundo lugar, os operários faziam "bicos" enquanto estavam desempregados e procuravam trabalho. As pressões financeiras crescentes sobre os casados podiam ser claramente percebidas pelos seus "bicos". Qualquer que fosse a duração do desemprego, era mais provável que os casados fizessem "bicos" do que os solteiros.

Entretanto, a qualificação diferenciava bastante os operários, e o contraste entre os ferramenteiros e os operários de manutenção altamente qualificados e os demais operários merece um exame mais cuidadoso. Os trabalhadores mais qualificados tinham ocupado postos de trabalho relativamente bem remunerados e tinham maior tempo de casa. A maior estabilidade financeira, combinada a perspectivas relativamente melhores no mercado de trabalho, permitiam-lhes superar a perda do emprego com maior facilidade e manter o *status quo* nos seus lares. Um certo número desses operários qualificados foi capaz de se manter em desemprego aberto e sem contribuição financeira por parte de suas mulheres. Apenas 15 % dessas eram economicamente ativas no momento da demissão de seus maridos (comparadas a 45 % das mulheres dos outros operários) e apenas 23,5% das esposas economicamente inativas, entre operárias altamente qualificadas, começaram a trabalhar após a demissão dos maridos (comparadas a 44,5 % das esposas do restante da amostra dos homens). Da mesma maneira, os operários altamente qualificados tendiam a fazer menos "bicos". Entre os nove operários que ficaram mais de três meses desempregados sem recorrer a "bicos", oito eram operários de manutenção e ferramenteiros.

A posição mais sólida dos operários qualificados podia também ser percebida pelo tipo de inserção nas atividades fora da indústria. Se 40 % destes ingressaram em atividades não-industriais durante o período entre a demissão e o momento da pesquisa (1986), a metade abriu pequenos negócios tipo bar ou "tendinha", e apenas dois ingressaram em atividades consideradas de *status* inferior, como vendedor ambulante ou operário não-assalariado na construção civil. Exceto em um caso, todos os pequenos negócios faliram. Em dezembro de 1984, 74,1% dos operários altamente qualificados trabalhavam novamente na indústria, e no segundo semestre de 1986, 26 em 27 nela novamente ingressaram;

o único que permanecia fora tinha um bar que dava lucro.

Para os operários menos qualificados, a perda do trabalho acarretou maiores dificuldades, e entre a demissão e o momento das entrevistas, 2/3 destes tinham recorrido a atividades não-industriais. De um modo geral, os trabalhos obtidos eram de status inferior e mais precários do que aqueles conseguidos pelos operários de manutenção e ferramenteiros. Em primeiro lugar, quando aqueles operários se tornavam trabalhadores por conta própria, isso não implicava a posse de meios financeiros (locais ou transporte), e sua atividade tinha mais as características de um trabalho assalariado subcontratado. Um exemplo disso era o trabalho ocasional na construção, remunerado segundo o rendimento. Em segundo lugar, o emprego remunerado do setor formal a que tinham acesso era de baixo *status*. Alguns operários tentaram conseguir postos fora da indústria semelhantes aos ocupados anteriormente, como o de balconista de armazém após um trabalho no almoxarifado de fábricas. Mas outros foram obrigados a aceitar trabalhos como vigilantes, porteiros, balconistas ou serventes de construção. Em terceiro lugar, para alguns, sobretudo para os jovens operários com pouca experiência industrial, a perda de emprego levou a longos períodos de trabalho irregular, instável, e de "bicos".

Entretanto, mesmo as atividades desses operários ainda não correspondiam ao modelo de um deslocamento em grande escala para o setor informal. O trabalho assalariado no comércio e nos serviços era mais freqüente que o trabalho na construção ou o trabalho por conta própria. Durante a recessão, o emprego nos serviços e no comércio diminuiu apenas ligeiramente em São Paulo, e a disponibilidade de trabalho nesses setores e os recrutamentos contínuos na indústria, resultantes de níveis elevados de rotatividade, abriram igualmente oportunidades. Para muitos operários, o emprego não-industrial era um expediente a curto prazo e, em dezembro de 1984, 59 % daqueles não altamente qualificados tinham de novo um emprego industrial. Alguns integraram o setor informal, outros passaram por períodos com ocupações de baixo *status* e baixa remuneração. Da mesma maneira, muitos homens sofreram as privações e as dificuldades do desemprego, fazendo "bicos" para a sobrevivência familiar. Entretanto, parece claro que a maioria dos operários limitou suas atividades não-industriais ao trabalho assalariado regular ou aos "bicos", e que aqueles que tinham mais probabilidades de aceitar um trabalho no setor informal eram não os chefes de família, mas os operários jovens e sem qualificação.

Mulheres e o Setor Informal

As operárias tiveram um outro conjunto de pressões e de oportunidades. Uma vez mais, o acesso ao trabalho industrial e as pressões familiares aparecem como fatores cruciais na determinação das modalidades de emprego feminino após a demissão, mas essas duas influências interagem diferentemente do que ocorre com os homens. Se a qualificação mais elevada dos homens casados compensava, em ampla medida, o impacto das pressões familiares, algumas mulheres eram forçadas a aceitar um trabalho de *status* inferior pela justaposição dos dois fatores mencionados. Além do mais, o próprio estado civil parecia ser um elemento importante na determinação das oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. Uma pesquisa anterior sobre as estratégias de recrutamento de grandes empresas industriais havia indicado que as políticas discriminatórias em relação às mulheres casadas e às mulheres com filhos eram bastante comuns. Essas práticas discriminatórias eram exercidas tanto em relação às mães solteiras quanto às casadas (Humphrey, 1987, pp. 78-85).

De um modo geral, as mulheres tiveram muito mais dificuldades do que os homens para voltar ao setor industrial. No período entre a demissão e dezembro de 1984, os homens tiveram mais *chances* de serem empregados na indústria do que em outras atividades. Para cada dez meses passados pelos homens fora da indústria (desemprego, emprego não-industrial, trabalho no setor informal ou por conta própria), 15 eram passados numa ocupação industrial. No caso das mulheres, a proporção invertia-se. Para cada dez meses passados numa ocupação industrial, na amostra feminina, durante o mesmo período, 23 meses eram passados em atividades não-industriais (os cálculos incluem o desemprego, mas excluem a inatividade). Uma razão dessa diferença estaria em que o mesmo grupo de homens poderia ter se deslocado de uma empresa a outra durante e depois da recessão, enquanto que as mulheres demitidas durante a crise tinham mais probabilidades de ser substituídas por mulheres mais jovens, solteiras e sem filhos (11). Ter uma qualificação era uma vantagem para as que procuravam emprego. Como se pode ver pela Tabela 4, as mulheres qualificadas

Tabela 4 — Atividade Econômica Segundo a Qualificação em Dezembro de 1984

Atividade	Operárias Não-Qualificadas	Operárias Qualificadas *
Industrial/assalariada	7	6
Desempregada	11	2
Outras atividades	14	2
Inativa	11	4
Total	n = 43	n = 14

* A maioria das mulheres que trabalham na indústria é classificada sob denominações gerais do tipo “montadora”, “ajudante de produção” etc. As qualificadas são aquelas classificadas sob denominações do tipo “operadora de máquina”, “revisora” e “costureira”.

constituíam parte reduzida da amostra (menos de 1/4), mas tinham mais probabilidade de serem admitidas num emprego industrial que as não-qualificadas.

A inatividade e o desemprego eram experiências femininas correntes após a perda do emprego. Para nove das 57 mulheres entrevistadas, um período mais ou menos longo de inatividade seguiu-se à demissão. Na maioria dos casos, essa trajetória estava ligada ao casamento e à maternidade. Não é possível dizer, precisamente, quais as relações entre inatividade, perda de emprego e procura de trabalho. Em alguns casos, as mulheres podem decidir ter um filho em consequência da perda do emprego, enquanto que, em outros casos, a gravidez ou o parto podem conduzir a uma saída do mercado de trabalho. Da mesma maneira, é difícil dizer com exatidão se as saídas do mercado de trabalho são o resultado de uma preferência pela inatividade ou se resultam de um desalento devido ao desemprego e às condições adversas do mercado de trabalho. Em todo caso, é certo que o desemprego atingia mais as mulheres que os homens. Assim, 12 meses após a perda, do emprego, apenas 10,4 % dos homens economicamente ativos da amostra estavam desempregados, comparados a 35,1 % das mulheres. A duração dos períodos de desemprego feminino era também maior, à média de 11,2 meses para todos os períodos de desemprego iniciados antes de janeiro de 1985, comparada a 5,9 meses para os homens.

As opções de trabalho assalariado eram limitadas para as mulheres, que enfrentavam obstáculos no acesso a um emprego industrial. Essa situação, combinada com a ajuda de outros membros da família, explicavam parcialmente os altos níveis de desemprego e de inatividade. O leque de empregos assalariados disponíveis era essencialmente limitado a três ocupações: atendente de enfermagem, caixeira ou faxineira e cozinheira em estabelecimentos comerciais.

Duas mulheres fizeram a primeira opção - uma era mãe solteira trabalhando como atendente à noite para ficar com os filhos durante o dia. As mais jovens tornavam-se vendedoras ou caixeiras, enquanto que as mães sozinhas eram as mais suscetíveis de aceitar um trabalho de faxineira. As casadas não se engajavam praticamente em trabalho assalariado não-industrial. Para cada mês em um emprego assalariado não-fábrica, dez eram passados na indústria. Por contraste, para as mães sozinhas, o emprego assalariado nas atividades não-industriais era 3,5 vezes mais freqüente que o trabalho em atividades industriais no período anterior a dezembro de 1984. O recurso mais freqüente ao emprego não-industrial e, principalmente, ao trabalho de faxina era claramente uma consequência de pressões financeiras.

Dadas as dificuldades enfrentadas por muitas mulheres para aceder ao emprego industrial, e dado o reduzido leque de emprego assalariado não-industrial disponível, não é surpreendente que as mulheres tenham ingressado em atividades do setor informal, sobretudo no trabalho doméstico remunerado e no subemprego, em toda uma série de atividades que ocupam apenas uma parte da semana; 16 mulheres aceitaram o trabalho de doméstica durante a recessão e, em 13 casos, essa foi a primeira atividade, após um período de desemprego consequente à demissão. Essa entrada em larga escala no trabalho doméstico remunerado não se devia, de forma alguma, a uma preferência por esse tipo de trabalho. Apenas uma mulher manifestou preferência por tal tipo de atividade. A maioria procurou trabalho industrial e aceitou o trabalho doméstico apenas como uma segunda ou terceira opção. Embora o serviço doméstico seja uma das raras ocupações não-industriais que fornece salários mais elevados que a indústria, a maioria das mulheres não o apreciava. Ele pode apresentar algumas vantagens em termos de flexibilidade de horários e compatibilidade com o cuidado com os filhos, mas tem também muitos inconvenientes. A relação patroa-empregada é freqüentemente fonte de insatisfações e a subordinação direta desagradava às operárias habituadas à disciplina da fábrica. Além disso, o serviço doméstico é raramente registrado em carteira, o que constitui uma desvantagem, sobretudo para as mães chefes de família, que necessitam a formalização do emprego para ter acesso à previdência social. Finalmente, o serviço de doméstica tem um status inferior nas comunidades da classe operária em relação ao emprego em fábrica.

As pressões sobre as mães sozinhas para aceitar o serviço doméstico remunerado eram fortes. Cinco em nove dessas mães trabalharam como empregadas domésticas e eram o grupo mais propenso, do conjunto das mulheres, a combinar o serviço doméstico e o trabalho assalariado não-industrial. Entre elas, o serviço doméstico remunerado teria sido ainda mais comum se elas não aceitassem o emprego assalariado de limpeza. Para as outras categorias de mulheres tais pressões eram mais raras. Duas mulheres solteiras, face a um sentimento de dever em relação à família, descreveram - nas palavras de uma delas - as circunstâncias e a atitude tomada da seguinte maneira: "Não pude encontrar lugar numa fábrica, e tive que me resignar a trabalhar como empregada. Não podia ficar muito tempo sem trabalhar porque tinha que ajudar em casa".

Mais tarde, essa mulher deixou de ser empregada doméstica e voltou a um trabalho industrial. Algumas operárias casadas também trabalharam como domésticas, embora afirmassem claramente que teriam preferido um trabalho industrial. Duas delas eram imigrantes que tinham acabado de chegar, em São Paulo, vindas do Nordeste, e a terceira falava de uma pressão financeira aguda: "O trabalho era horrível na época. Horrível. Todos os dias saía à procura de trabalho. Não encontrar nada é horrível. A gente fica desiludida. A gente tem problemas de dinheiro. Meu marido é servente e seu salário não vale nada".

O traço mais marcante relativo às mulheres casadas era o número mínimo daquelas que eram forçadas a aceitar o trabalho não-industrial ou o serviço de doméstica. Elas formavam o grupo que mais freqüentemente afirmava o desejo de não trabalhar, em caso algum, como doméstica (65% das casadas declararam não querer, enquanto que todas as viúvas, divorciadas e separadas declararam que o fariam). O serviço doméstico era uma modalidade de atividade muito menos presente nas trajetórias das casadas após a perda do emprego do que no caso das solteiras e das mães sozinhas.

O segundo tipo de atividade feminina no setor informal eram os "bicos" e o subemprego. A maioria desses "bicos" envolvia o serviço de doméstica de algum tipo - limpar, lavar ou passar roupa uma ou duas vezes por semana - ou alguma modalidade de venda. Esta última categoria podia incluir a venda de cosméticos, de café, ou de roupas feitas por uma amiga. Se os homens desempregados tendiam a fazer "bicos" de uma maneira intensiva, sobre uma base bastante irregular, as mulheres tendiam a trabalhar muito menos horas, mas durante períodos longos. Neste sentido, essas atividades poderiam ser consideradas como subemprego. No caso das casadas e das mães sozinhas, esse tipo de trabalho tinha fortes possibilidades de ser seguido pela inatividade ou pelo serviço de doméstica, mais do que pela volta a um emprego assalariado.

Conclusão

Em Santo Amaro, os operários e as operárias, com exceção dos jovens sem experiência, tinham forte identificação com o trabalho industrial. Isso fazia com que a procura de trabalho fora da indústria fosse seletiva e limitada. Fazer "bicos" fazia parte dessa estratégia, diminuindo as pressões financeiras, ao mesmo tempo em que ajudava a evitar uma inserção mais substancial no trabalho não-industrial. Os "bicos" não eram considerados empregos e, portanto, não tinham essa conotação de um trabalho com *status* inferior.

As situações familiares apareceram como tendo uma influência importante sobre as estratégias operárias de resposta ao desemprego. Para alguns, as pressões para fazer "bicos" ou aceitar empregos não-industriais eram mais fortes do que para outros. Sobretudo os homens casados e as mães sozinhas aceitavam "bicos" e trabalho não-industrial (inclusive o serviço de doméstica) mais do que os outros trabalhadores do mesmo sexo. Entretanto, vimos que as estratégias de sobrevivência eram limitadas aos indivíduos demitidos. A maioria fazia parte de famílias relativamente pequenas com poucos membros disponíveis para o trabalho. Pressões familiares de outra ordem como, por exemplo, deixar o trabalho profissional em favor do trabalho doméstico, não apareceram na pesquisa, embora o desemprego prolongado das mulheres casadas indique a necessidade de aprofundar essa questão.

A qualificação também teve uma influência tanto sobre os retornos posteriores à indústria, quanto sobre a natureza dos empregos não-industriais. Os operários qualificados tinham mais probabilidades de regressar ao setor industrial, e os ferramenteiros e operários de manutenção mostraram um nível particularmente baixo de aceitação de "bicos" e uma resistência a trabalhos de baixo *status*. Também entre as operárias, as mais qualificadas tinham mais possibilidades de encontrar trabalho industrial do que as não-qualificadas.

Em geral, os operários homens eram mais capazes de assegurar sua identidade de operários industriais do que as mulheres. As pressões familiares sobre os operários forçaram-nos, no máximo, a fazer "bicos", mas raramente a aceitar um emprego de baixo *status* em tempo integral. As mulheres não tiveram essa possibilidade. Poucas operárias qualificadas conseguiram sair da crise, mas a pressão econômica forçou as mães sozinhas a aceitarem tanto o trabalho assalariado não-industrial de *status* inferior quanto o serviço de doméstica, e muitas casadas foram postas diante da opção do desemprego ou da inatividade.

Globalmente, a hipótese de uma entrada maciça dos operários no setor informal como consequência da demissão não foi confirmada. Enquanto se assiste a um deslocamento das mulheres em direção ao serviço doméstico e ao subemprego, os homens fizeram incursões muito limitadas no setor informal. As pressões familiares eram por, vezes muito intensas e agravadas pelo tamanho das famílias e a ausência freqüente de outras fontes de renda. Entretanto, a utilização de recursos monetários provindos das indenizações e dos "bicos", combinada à disponibilidade permanente de empregos industriais, permitiram evitar o recurso ao setor informal durante o período de crise.

Tradução de Helena Hirata, revista por Vera Pereira.

Notas

*Helena Hirata - *Chargée de recherche* GEDISST-ClQRS e professora-visitante do Depto. de Sociologia da USP e do Depto. de Política Científica e Tecnológica, da Unicamp.

**John Humphrey - *Research fellow* do Institute of: Development Studies, University of Sussex.

1 - Apesar do tamanho relativamente reduzido da amostra, a distribuição etária por sexo correspondia de perto ao perfil da população de operários industriais de São Paulo, uma vez controlado o predomínio dos operários da indústria metalúrgica na região de Santo Amaro: as operárias estavam concentradas no grupo etário 18-30 (68,5%), com 7% abaixo de 18 anos e 1/4 acima de 30, enquanto que os operários estavam concentrados no grupo de idade 18-30 (57,8%), com um grupo significativo (37,3%) de mais de 30 anos. Do ponto de vista do tamanho e da estrutura dos domicílios, igualmente, a amostra correspondia aos resultados da pesquisa do DIEESE realizada em 1981 sobre emprego e desemprego em São Paulo. Nos dois casos, o tamanho médio das famílias era de 4,3 pessoas e havia predomínio das famílias nucleares. Como na pesquisa do DIEESE, uma minoria significativa de operários mulheres e homens não vivia em famílias nucleares completas; tratava-se de operários vivendo sós ou com amigos e de mulheres sem cônjuges vivendo com os filhos - fossem elas divorciadas, separadas, viúvas ou mães solteiras. Esse último grupo será chamado coletivamente de "mães sozinhas".

2 - Sabóia sustenta que o trabalho não registrado em carteira está localizado principalmente no setor informal, ainda que certas categorias do funcionalismo público e dos trabalhadores por conta própria, mais bem estabelecidos trabalhem também sem registro.

3 - Para as necessidades dessa análise, os dados são referentes à região da Grande São Paulo, que será o centro da análise posterior.

4 - As cifras são do Ministério do Trabalho (1983).

5 - A Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED usa uma definição de emprego que tenta apreender três categorias de desemprego não registradas pela Pesquisa Mensal de Emprego - PME: (a) pessoas que não têm qualquer atividade econômica mas que procuraram um trabalho nos 30 dias

precedentes foram contabilizadas como em desemprego aberto, enquanto a PME limitava esse período de procura a sete dias anteriores à entrevista; (b) a categoria de "desemprego oculto pelo desalento" incluía os que queriam trabalhar e tinham procurado trabalho durante o ano precedente, mas que terminaram desalentados pelo mercado de trabalho ou por razões de ordem pessoal; (c) o "desemprego oculto pelo trabalho precário", categoria destinada a levar em conta pessoas engajadas num trabalho irregular e procurando ao mesmo tempo um emprego (Hoffman e Mattoso, 1985, pp. 7-8).

6 - As razões dessa preferência pelo emprego industrial deveriam merecer maior aprofundamento. No caso dos operários homens, essa preferência parece relativamente fácil de explicar. Muitos deles têm uma longa experiência de trabalho industrial e identificam-se claramente como operários industriais. Pela sua experiência, também podem obter salários mais altos na indústria do que em qualquer outro setor. Apenas uma minoria (20%) de homens com empregos fora da indústria disseram que estavam recebendo salários mais altos do que no emprego de referência (emprego de referência: o primeiro emprego perdido no momento da crise, entre outubro de 80 e dezembro de 1984, a partir do qual a trajetória de trabalho foi reconstituída por ocasião da entrevista). Para os operários qualificados e semi-qualificados, um trabalho não-industrial representa uma diminuição da remuneração. Quanto às operárias, que recebem salários relativamente baixos na indústria, a resposta é menos nítida. Das mulheres que se empregaram fora da indústria; 36% disseram que o salário era superior ao do emprego de referência; a despeito disso, continuaram a afirmar sua preferência pelo trabalho fabril e a manter a busca ao emprego industrial. As condições de trabalho e os benefícios poderiam ser analisados entre as razões que conduzem a essa preferência.

7 - Resultado de uma pesquisa precedente efetuada pelos autores numa fábrica de construção elétrica da região de Santo Amaro.

8 - As respostas a essa questão teriam sido certamente mais exaustivas e confiáveis se as entrevistas tivessem sido realizadas no momento do desemprego. Da mesma maneira, as contribuições financeiras dos diferentes membros da família não foram objeto de perguntas durante as entrevistas por causa do longo tempo decorrido entre a maioria dos períodos de desemprego e a data da pesquisa.

9 - Dois terços das esposas sem filhos de menos de seis anos (idade escolar) tinham um emprego remunerado, contra apenas 1/4 das que tinham filhos pequenos.

10 - A metade de todo o emprego assalariado do setor privado em 1985 era na indústria de transformação, segundo os dados da PED publicados em seu boletim mensal.

11 - Esse é um dos resultados da pesquisa: embora fontes estatísticas possam indicar o crescimento das taxas de atividade feminina na crise, as mulheres, sobretudo as não-qualificadas, recrutadas no momento da recuperação, não são, provavelmente - a pesquisa de 1986 vai nesse sentido -, as mesmas que foram demitidas. Se a crise pode não afetar a proporção das mulheres na indústria, as mulheres enquanto "indivíduos" são afetadas. A orientação das empresas, afastando continuamente mulheres do mercado de trabalho industrial, para introduzir outras operárias, parece ser o fator determinante nesse movimento.

(*)Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada pelos autores em 1986, intitulada Crise Econômica e Divisão Sexual do Trabalho no Brasil, financiada pelo programa franco-britânico de pesquisas, Economic and Social Research Council - ESRC e Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS.

Agradecemos a Annez Andraus Troyano, a Atsuko Haga e a toda a equipe da Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE/Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos - DIEESE pelo apoio concedido durante a pesquisa.

Bibliografia

BERRY, A. e SABOT, R. (1978), "Labour Market Performance in Developing Countries: A Survey". *World Development*, vol. 6, ns. 1-2.

BILAC, E. D. (1978), *Famílias de Trabalhadores: Estratégias de Sobrevivência*. São Paulo, Símbolo.

CALDEIRA, T. (1984), *A Política dos Outros*. São Paulo, Brasiliense.

HIRATA, H. e HUMPHREY, J. (1984.), "Crise Economique et Emploi des Femmes". *Sociologie du Travail*, n. 3, pp. 278-89.

_____ (1985), "Economic Crisis and the Sexual Division of Labour: The Case of Brazil". *Capital and Class*, n. 24, pp. 45-58.

HOFFMAN, M. e MATTOSO, J. (1985), *A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Grande São Paulo: Conceitos e Alguns Resultados*. Comunicação ao Encontro Anual da ANPEC.

HUMPHREY, J. (1987), *Gender and Work in the Third World*. Londres, Tavistock.

IPARDES. (1987), *Avaliação do Alcance e Limites da RAIS e Lei 4.923/65*. Curitiba, Fundação Edison Vieira/Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

MACEDO, C. (1979), *A Reprodução da Desigualdade*. São Paulo, Hucitec.

MERRICK, T. (1976), "Employment and Earnings in the Informal Sector in Brazil: The Case of Belo Horizonte". *Journal of Developing Areas*, n. 10.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. (1983), *Emprego e Salário*, n. 1, fevereiro.

SABÓIA, J. (1986), "Transformações no Mercado de Trabalho no Brasil durante a Crise - 1980-1983". *Revista de Economia Política*, n. 23.

SCHMINK, M. (1984), "Household Economic Strategies: Review and Research Agenda". *Latin American Research Review*, vol. 19, n. 3.

TELLES, V. (1988), Trabalho e Família: A Produção das Diferenças entre Trabalhadores Urbanos. Relatório Final de Pesquisa, Anpocs/Fundação Ford, São Paulo.